

Nota da Redacção

Pela ocasião do 5.º aniversário da fundação da Região Administrativa Especial de Macau, mais de 500 associações e escolas locais levaram a cabo as mais variadas actividades de celebração, dando lugar a um ambiente geral de festa e alegria que se prolongou durante meses, nesta nossa pequena cidade.

As associações dos trabalhadores da Função Pública não constituíram uma excepção. Juntas, em cooperação e colaboração sincera, organizaram uma série de actividades para celebrar o 5.º aniversário da Região Administrativa Especial de Macau, das quais, destacamos o Seminário “Servir o povo e coadunar-se com a evolução dos tempos”, em que foi discutido como é que os funcionários públicos devem adaptar-se aos requisitos do tempo para melhor cooperar com o Governo da Região Administrativa Especial de Macau na execução das suas linhas governativas em conformidade com a lei. Este evento em si é bem revelador do espírito de unidade sincera, harmonia e cooperação entre as associações dos trabalhadores da Função Pública, sendo as comunicações apresentadas pelos participantes bem indicadoras do ânimo dos funcionários públicos em participar nos assuntos sociais, construir o relacionamento de parceria com a comunidade, esforçar-se por melhorar a capacidade de trabalho e elevar o nível dos serviços. Julga-se que nos merecem a devida atenção as reflexões sobre as questões acima referidas, pelo que neste número, estão recolhidas as principais comunicações do Seminário.

Conforme estatísticas ainda incompletas, Macau conta com mais de 2500 associações. A julgar pela proporcionalidade entre a superfície e a população do território, pode afirmar-se, sem exagero, um recorde mundial. As numerosas associações e grupos cívicos constituem um mecanismo eficaz para conciliar conflitos, atenuar contradições e promover a tolerância, o entendimento e a harmonia da comunidade, transformando-se numa sólida pedra basilar da estabilidade social, da boa governança e do feliz relacionamento entre os habitantes. Isto já é um facto inegável que deve merecer a atenção de toda a gente.

Este singular fenómeno político e social tem sido, nos últimos anos, objecto de atenção, designadamente do meio académico, pelo que até surgiram alguns estudos com bastante valor científico. Somos da opinião de que este modelo de gestão política e social de Macau merece uma maior atenção e uma discussão com maior profundidade e amplitude.

Nos últimos tempos, os estudiosos políticos deslocaram os seus pontos de atenção dos estudos sobre a sociedade civil para o relacionamento entre a democracia e a confiança. As primeiras teorias sobre a sociedade civil partiram, na maioria das vezes, da restrição à expansão dos poderes governamentais, em defesa dos direitos individuais, numa tentativa de encontrar um mecanismo de equilíbrio entre os poderes estatais e os direitos cívicos, a fim de evitar intromissão e agressões aos direitos individuais por parte dos poderes do Estado. Mas, nos tempos mais recentes, os académicos têm dado maior realce ao equilíbrio entre os poderes e os direitos, e à responsabilidade conjunta da Sociedade, a partir de reflexões sobre como é que a sociedade civil pode manter um relacionamento de confiança com um Governo, eficaz e responsável, fazendo com que o regime democrático funcione com maior facilidade e coordenação, de modo a aumentar a capacidade organizativa e coordenadora das acções colectivas, para que a sociedade se torne mais harmoniosa. Deste modo, a confiança torna-se numa palavra-chave de extrema importância.

A confiança é uma apreciação, um julgamento, como bem destaca Annete Baier: "Se uma pessoa acredita na boa vontade dos outros, fica vulnerável a danos limitados que possam ser provocados pela boa vontade alheia. Quando uma pessoa acredita nos outros, deixa criar a oportunidade de ficar prejudicada, mas isto também revela a sua confiança, isto é, a pessoa em quem se confia não se aproveitaria desta ocasião". Sem confiança, a nossa vida tornar-se-ia insuportável e a sociedade não poderia funcionar com normalidade. A confiança constitui, sem margem para dúvida, a base da tolerância, entendimento e unidade entre os membros da comunidade e também a base para a integração social, a participação cívica e a cooperação comunitária. Não deixa de ser a base para manter o feliz funcionamento da vida social e do regime democrático.

A confiança tem a sua origem nas organizações associativas. Precisamente na vida comum destas organizações, as pessoas começam a conhecer-se e a entender-se, de forma a criar um relacionamento de confiança, sem classes sociais, com igualdade, com ajudas e benefícios mútuos, e dependências mútuas. Ao mesmo tempo, a confiança entre os seus membros promove a unidade, o entendimento, a tolerância e a harmonia entre eles. Nas discussões sobre problemas de interesse comum, os membros associados formam opiniões, visões e critérios de valores relativamente consensuais, até comunidades de interesses interactivos. E estas comunidades de interesses, sejam grandes sejam pequenas, formam uma

rede social de maior envergadura, em que se realizam cooperações de benefícios mútuos, num âmbito maior, para que o relacionamento de confiança entre as pessoas, em determinadas circunstâncias possa, através de determinadas normas e processos, ser alargado, transformando-se, assim, numa confiança social generalizada. Desta maneira, como bem frisa o Professor Claus Offe: “Quando outros meios, sobretudo quando é limitada a capacidade de o Estado administrar através de normas sancionatórias e de o mercado se regular sem consciência para realizar acções necessárias e adequadas, a confiança pode ser um meio satisfatório para a coordenação social. Uma sociedade capaz de promover um relacionamento de sólida confiança, e somente uma sociedade deste carácter, é que pode proporcionar menos administração e mais liberdade, com maior capacidade de fazer frente a incidentes imprevistos, de impulsionar o dinamismo e a criatividade dos cidadãos, de restringir a baixa eficácia e eficiência dos instrumentos coordenadores baseados em regras e de fornecer um mais forte sentido de segurança e satisfação da vida”.

No entanto, sob os impactos das imparáveis vagas de globalização, a sociedade torna-se cada vez mais complicada e segmentada. As associações e a sua rede, seja a nível estrutural e funcional, seja a nível dos critérios de valores, estão perante desafios nunca antes vistos. Isto faz com que a tradicional confiança precise de ser garantida com normas jurídicas e instituições mais igualitárias, justas e legítimas. No entanto, se não tivermos uma percepção suficiente do modelo de funcionamento da sociedade em que nos encontramos, herdando e renovando os valores tradicionais para os seus devidos desempenhos, não estaremos capacitados para enfrentar os novos desafios e a harmonia social não será mantida durante muito mais tempo.

É nesse sentido que afirmamos que as celebrações populares do 5.º aniversário da Região Administrativa Especial de Macau são ensaios bem reveladores da auto-consciência e reconhecimento próprios dos cidadãos, da promoção das tradições e do alargamento do relacionamento da confiança e da base de cooperação. Trata-se dum exame geral sobre a nossa capacidade de continuar com a herança do passado para abrir novos horizontes no futuro, em busca de progressos concertados e harmoniosos. Através desta experiência, seja a sociedade civil seja o Governo, têm reforçado a confiança na cabal aplicação do princípio de “Um país, dois sistemas”, “Macau governada pela sua gente” com “um elevado grau de autonomia”.

346